



**O regime civil-militar em Alegrete (RS):
partidos e sublegendas durante a eleição municipal de 1976**

Diego Garcia Braga*

Resumo: O artigo apresenta uma parte da pesquisa relacionada às relações político-partidárias em Alegrete (RS) durante o período compreendido pelo sistema bipartidário (1966-1979), implantado pelo regime civil-militar brasileiro. Para tal, buscamos com o presente texto analisar a disputa para a prefeitura do referido município durante a eleição de 1976, unindo, além de uma discussão com a historiografia especializada, fontes extraídas do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS), bem como entrevistas com alguns atores políticos daquele período. Objetiva-se também problematizar a presença das sublegendas, consideradas importantes para a compreensão da política de localidades como Alegrete.

Palavras-chave: regime civil-militar; política; Alegrete.

Abstract: The article presents part of the research related to political-party relations in Alegrete (RS) during the time of bipartisan system (1966-1979), introduced by Brazilian civil-military regime. For that purpose, we seek within this paper to analyze city hall's contest of that municipality during 1976's election, gathering one discussion with specialized historiography of the period and sources taken from the Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS), as well with interviews with some political actors of that period, which still alive. Beyond that, we aim to question *sublegendas* presence, fundamental to political context understanding provided by the regime in some places as Alegrete and to the comprehension of partisan dynamics and articulations in electoral contests.

Key-words: Civic-military dictatorship; politics; Alegrete.

* Mestrando em História pela UNISINOS. sirdiegobraga@hotmail.com



Introdução

As pesquisas sobre o regime civil-militar brasileiro (1964-1985) vêm crescendo ano após ano, devido ao aperfeiçoamento das técnicas metodológicas e à intensificação do debate reflexivo sobre o tema. No campo acadêmico, muitas pesquisas focam principalmente a repressão imposta pelas Forças Armadas e os movimentos das esquerdas, bem como a resistência à ditadura; e também à atuação de algumas personalidades de destaque nos bastidores da política nacional e as distribuições entre as bancadas no Congresso.² Sobre esse último aspecto, é observado um cenário partidário de total artificialismo, sendo a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que fazia a representação política do regime e dos seus diferentes grupos civis apoiadores, o partido do “sim”, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que representava a oposição, de partido do “sim, senhor” e “oposição consentida”.³

A ARENA foi pujante eleitoralmente até a metade da década de 1970, no período de maior repressão por parte do regime civil-militar. Este último promoveu inúmeras interferências no cenário político, por meio dos atos institucionais,⁴ alterações em leis eleitorais e no funcionamento legal de parlamentos, impondo, ainda, cassações de mandatos eletivos a todos aqueles que se manifestassem enfaticamente contra o regime (CARVALHO, 2014, p. 170). Assim, o ano de 1974 é tido pela historiografia como uma espécie de divisor de águas do regime (SCHMITT, 2000, p. 45). Nesse ano, houve a

²As duas obras organizadas pelos historiadores Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridendi e Rodrigo Patto Sá Motta em 2004 e 2014, respectivamente intituladas “O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)” e “A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964”, sintetizam e destacam aspectos mais abrangentes do período, a partir de uma variedade de artigos condensados dos estudos principais dos seus autores.

³ Conforme Maria D’Alva Kinzo, a falta de uma clareza ideológica e representativa e a diversidade de origens partidárias que caracterizaram a ARENA e o MDB seria marcante para a definição de que ambos foram concebidos como instituições artificiais (KINZO, 1988, p. 32). Contudo, Lucia Grinberg retoma a questão em seu estudo sobre a ARENA (2009, p. 30-31), discordando desta artificialidade, reforçada por outros estudos ao longo dos anos. Embora reflita sobre as dificuldades dos partidos durante a ditadura, ela busca compreender como se deu a participação das pessoas, isto é, dos políticos profissionais (arenistas) no campo político e como parte constitutiva das instituições.

⁴ Em 27 de outubro de 1965, foi instaurado o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que extinguiu os partidos políticos do sistema anterior. Em 20 de novembro do mesmo ano, criou-se o Ato Complementar nº 4 (AC-4), que criou as bases para um sistema bipartidário, que permitiu, dentre outras deliberações, a criação da ARENA e do MDB.



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

transição do governo presidencial de Emílio Garrastazu Médici ao também general do Exército Ernesto Geisel e o fim do chamado “milagre brasileiro”, iniciando progressivas crises econômicas no país. Em 1974 houve também as eleições proporcionais ao Congresso Nacional, o qual o MDB aumentou significativamente o número de cadeiras e reverteu o quadro de inferioridade perante a ARENA. Já o regime, bem como o seu partido legitimador, começou a apresentar claros sinais de desgaste junto à opinião pública, ao final da década de 1970.⁵

Assim sendo, o presente artigo possui em sua proposta um estudo de caso, ocorrido em meio a essa conjuntura político-partidária, e o seu objetivo está centrado em analisar a disputa para a prefeitura de Alegrete (RS) durante a eleição municipal de 1976, entre a ARENA e o MDB. Além de relacionar aspectos do regime civil-militar e da política local, verificar-se-á a constituição e o impacto das sublegendas no referido pleito, de modo que seja possível identificar as estratégias intra e interpartidárias estabelecidas pelos partidos locais, indivíduos e grupos durante o período eleitoral.

Vale ressaltar que Alegrete localiza-se cerca de 600 km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, e próximo às fronteiras do Brasil com a Argentina e o Uruguai, na região da fronteira oeste do estado. Nessa região, foi o único município com população aproximada a 50 mil habitantes que manteve as eleições majoritárias livres, uma vez que alguns de seus vizinhos, como Itaqui, Quaraí, Santana do Livramento, São Borja e Uruguiana, tiveram os seus prefeitos indicados pelo regime.⁶

No artigo, buscaram-se conexões entre alguns aspectos levantados por Serge Bernstein e Pierre Rosanvallon. O primeiro propicia apoio teórico sobre os partidos políticos e as suas funções na sociedade; o segundo auxilia nas formas pelas quais serão articuladas as estratégias partidárias, bem como o protagonismo de algumas lideranças políticas. No tocante das fontes, foram aproveitadas as atas finais do escrutínio de 1976, disponíveis no

⁵ Ver mais em: LAMOUNIER, Bolívar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In. STEPAN, Alfred (org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 p. 83-134.

⁶ A suspensão das eleições majoritárias em municípios e capitais pode ser analisada a partir da Lei Nº 5.449, de 4 de junho de 1968, que declarou “de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição os Municípios que especifica”; dentre os do Rio Grande do Sul, foram enquadrados: Alecrim, Bagé, Crissiumal, Dom Pedrito, Erval, Horizontina, Itaqui Jaguarão, Osório, Pôrto Lucena, Pôrto Xavier; Quaraí, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja; São Nicolau, Tramandaí, Tenente Portela, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguiana. Pouco depois, Canoas foi incluída à lista.



web site oficial do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS).⁷ Elas apresentam os nomes dos envolvidos na disputa e os números finais do escrutínio, as votações obtidas pelos candidatos e os votos não válidos. Além disso, informações extraídas das entrevistas concedidas por atores políticos do período são de extrema pertinência, pois ajudam a reconstituir as referidas estratégias político-partidárias,⁸ embora devam ser acompanhadas das precauções necessárias para o trato de fontes orais.⁹

As sublegendas e o debate acerca da artificialidade ou não da ARENA e do MDB durante o regime civil-militar

Sem dúvida alguma, tratar de um estudo acerca de uma eleição é de imediato considerar também o campo político. Para tanto, Pierre Rosanvallon (2010, p. 42) define o político “como uma esfera de atividades caracterizada por conflitos irreduzíveis”; “o processo que permite a constituição de uma ordem a que todos se associam, mediante deliberação das normas de participação e distribuição”. Não obstante, o historiador considera duas formas de abordagem, a “interativa”, que “consiste em analisar o modo pelo qual uma cultura política, suas instituições e eventos interagem para estabelecer formas políticas mais ou menos estáveis”, e a “compreensiva”, cujo “objetivo central é apreender uma questão situando-a no contexto de sua emergência” (2010, p. 48). No entanto, ao buscar referencial em Max Weber, especificamente à questão da racionalidade política, Rosanvallon se dedica à segunda abordagem. De acordo com suas concepções, os historiadores têm como tarefa tentar restituir ao passado sua dimensão de presente, em meio a uma estrutura de possibilidades tida pelos indivíduos em seus respectivos presentes. Além de deixar mais complexa a noção de determinação, essas considerações implicam reconstruir, no sentido proposto por Weber, “o modo pelo qual os atores entendem sua própria situação, redescobrimo as afinidades e as oposições a partir das quais projetam

⁷ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS). Eleições municipais de 1968, 1972 e 1976. Disponível em: <http://www.tre-rs.jus.br/index.php?nodo=8773>. Acesso em: 15/1/2015.

⁸ Os indivíduos entrevistados foram: pelo MDB, Adão Faraco (vereador: 1964-68; vice-prefeito 1969, cassado pelo AI-5), Eleú Meneses (vereador: 1969; cassado pelo AI-5) e Airton Amaral (vice-prefeito: 1972-1976). Pela ARENA: Claudio Rosso (vereador 1968-72; 1976-82; integrante do Partido Popular (PP) e do PMDB, quando este abrigou o PP no início da década de 1980). Pelo PDS/PPB: Gilberto Brandont (vereador 1982-2000) e Luiz Carlos Félix (candidato a vereador pela ARENA em 1972 e a prefeito em 1982, não se elegendo nas duas oportunidades).

⁹ ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2005.



suas ações, configurando genealogias de possibilidades e impossibilidades que, implicitamente, estruturam seus horizontes” (2010, p. 48).

Haja vista a complexa tarefa de pensar o vivido, ou, em outras palavras, o “presente do passado”, atenta-se neste trabalho às estratégias estabelecidas pelas lideranças políticas e pelos partidos durante o pleito de 1976.

Em referência aos partidos, eles são, de acordo com Serge Berstein, testemunhas de um determinado estágio de desenvolvimento das sociedades e operam a mediação política. Para ele, a função de mediação decorre de uma espécie de adaptação à sociedade e de uma leitura das “aspirações mais ou menos confusas das populações” (BERSTEIN, 2003, p. 61). Acerca disso, existem no seio dos partidos elementos imbricados em sua estrutura organizacional e nos seus fins. São instituições formadas inicialmente por grupos de interesses relativamente comuns, que estabelecem o que Berstein chama de “razão de ser” dos partidos, que é a aceção do seu papel na sociedade. Concernente à organização, os partidos constituem por um lado uma rede de eleitos e clientelas “graças a interesses ou perenidade comum”, que os fazem durar no tempo, mesmo quando não conseguem responder aos problemas da sociedade. Em suma, adotam mecanismos que também buscam uma base militante e de eleitorado, traçando estratégias e constituindo, ao longo do tempo, uma tradição e uma cultura política (Idem, p. 67). Assim, se pode considerar a função de mediação dos partidos como um aspecto intermediário entre a sua organização interna, as investidas eleitorais e a busca norteadora pelo poder.¹⁰

O historiador aponta ainda algumas tendências nas quais os estudos sobre os partidos deveriam se desvencilhar. Entre essas tendências estariam as “empenhadas em reconstruir com precisão o tecido factual da vida dos partidos”, mediante monografias nacionais ou locais (BERSTEIN, 2003, p. 57-58). Até esse ponto, concordamos com Berstein. No entanto, para ele, diferentemente daquilo pregado por Rosanvallon, as análises acerca dos partidos deveriam ser separadas do campo de atuação dos indivíduos,

¹⁰ Para Rémond (2003, p. 444), “a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos porque têm como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder”. No entanto, o termo “poder” utilizado pelo historiador parece amplo e permite interpretações totalitárias, ao expressar como finalidade e motivação exclusivamente chegar ao poder, por parte dos partidos e dos seus membros. Assim, é importante ressaltar que ele se refere aos poderes do Estado e à influência sobre os mesmos, numa perspectiva competitiva (eleições) e em democracias representativas.



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

pois estas estariam vinculadas ao concreto, ao cotidiano, e os partidos, ao plano do político, diretamente inserido à esfera do discurso e das representações especulativas, não existindo passarela natural entre as duas (2003, p. 60).

Ademais, os referidos argumentos inferem sobre as funções sociais e as formas com que os partidos políticos se organizam estruturalmente. É certo dizer que uma das melhores experiências partidárias do Brasil foi mediante a democracia de 1946, período o qual se ampliou o sistema político, através do ingresso significativo de uma parcela da sociedade antes excluída da participação cidadã. Tal cenário foi dissolvido exatamente pela ditadura civil-militar, que dividiu o sistema partidário entre situação e oposição, em meio à sua centralidade, e interviu no campo político, de modo a beneficiar a primeira e limitar a atuação da segunda. Assim, conforme indicam alguns autores, os dois partidos criados após a instauração do AI-2 e do AC-4 podem ser facilmente concebidos como artificiais e pouco identificados socialmente, durante os anos em que atuaram. Mas, por outro lado, se assim o for, não estaríamos desconsiderando o fato de a cultura política brasileira, historicamente, ter impossibilitado o enraizamento de instituições partidárias fortes na sociedade? Não obstante, a suposta artificialidade da ARENA e do MDB não estaria amparada apenas em concepções generalizantes? Portanto, até que ponto, então, é possível avaliar a ARENA e o MDB conforme as suas respectivas atribuições como partidos políticos, em meio a um regime autoritário, e em um município caracterizado pelo acirramento das relações políticas ainda no período anterior a 1964 e que proporcionou a vitória da oposição durante o período mais repressivo da ditadura, em 1968 e em 1972?

Sem embargo, ambos abrigaram as forças políticas originárias dos antigos partidos, que foram extintos em virtude dos resultados das eleições estaduais de 1965.¹¹ Ao longo do regime, novos quadros políticos – denominados “puros”, por não terem vínculo partidário com as antigas instituições – ingressaram na política, havendo uma confluência entre as antigas e as novas lideranças. Tanto a ARENA quanto o MDB abrigaram alas políticas completamente heterogêneas. No caso da ARENA, frações oriundas do Partido Social

¹¹ Alguns estudos apontam que um dos principais motivos que levaram à extinção do sistema pluripartidário se deu por conta da derrota de alguns políticos que apoiavam o regime nas eleições estaduais de 1965, sobretudo em dois estados importantes, Rio de Janeiro (então Guanabara) e Minas Gerais (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 64). Além disso, consta-se que a UDN não conseguiria sustentar, sozinha, as propostas do governo, frente às aproximações entre o PTB e o PSD no Congresso.



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

Democrático (PSD) e alguns dissidentes do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tiveram que conviver com membros da União Democrática Nacional (UDN), “os mais numerosos e os mais influentes” (MOTTA, 1999, p. 120). No MDB, boa parte dos antigos membros do PTB e do PSD que não foram cassados pelo regime, além de militantes de esquerda, formaram o partido (Motta, 1999, p. 120). Em Alegrete, uma aliança partidária conservadora e liberal estabelecida na fase anterior ao regime iniciar, entre o PSD, a UDN e o Partido Libertador (PL), denominada União Pelo Progresso de Alegrete (UPPA), formou a ARENA. O eleitorado da UPPA foi basicamente mantido pelo partido arenista, predominantemente rural, sob influência dos grandes estancieiros do município.¹² Na oposição, o MDB representou no município a bandeira do trabalhismo, do antigo PTB, e o eleitorado era basicamente urbano.¹³

Nesse contexto pluralista, emergiram as sublegendas, criadas por meio do Ato Complementar nº 26 (AC-26), de 29 de novembro de 1966,¹⁴ com o objetivo de amenizar os riscos sofridos pela ARENA de ter suas bases ruídas, devido à diversidade das forças políticas e dos possíveis conflitos trazidos das rivalidades dos antigos partidos, sobretudo, entre ex-pessedistas e ex-udenistas. Assim, o modelo implantado permitiria que alas divergentes indicassem os seus representantes à disputa, e não necessariamente um candidato, o mesmo valendo para o MDB. O seu Artigo Primeiro dizia:

Para as eleições diretas a serem realizadas até 15 de março de 1967, poderá ser admitido o registro de candidatos em sublegendas, feita a escolha na conformidade do que dispuser o documento constitutivo de cada organização.¹⁵

Vale ressaltar que os mandatos eletivos a serem encerrados em 1967 foram prorrogados por um ano. Desse modo, a Lei de Sublegendas ao qual trabalhamos na

¹²Em Alegrete, as principais atividades econômicas estão vinculadas historicamente à agropecuária, especialmente à criação de gado e ao cultivo de arroz, em virtude da sua localização no Bioma Pampa. O primeiro foi predominante até a metade do século XX e o segundo foi introduzido por algumas famílias de imigrantes italianos entre os anos de 1940 e 1950.

¹³O advento da UPPA, formada para combater eleitoralmente o PTB, não foi uma exclusividade de Alegrete. Vários estudos apontam esse fenômeno em praticamente todo o Rio Grande do Sul, em especial às eleições para Governador, com a coligação de partidos conservadores e liberais contra o PTB. Dentre os autores principais, estão: Leônidas Xausa e Francisco Ferraz (1981); Héglio Trindade e Maria Izabel Noll (1991); e Miguel Bodea (1992).

¹⁴BRASIL. Câmara dos Deputados Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-26-29-novembro-1966-363338-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15/1/2015.

¹⁵Idem.



pesquisa é a de nº 5.453, baixada em 14 de junho de 1968, com algumas alterações com relação à primeira. Através dela, ficou estabelecido:

(Em seu Art. 1º, num total de 22) “Os Partidos Políticos poderão instituir, na forma prevista nesta lei, até três sublegendas nas eleições para Governador e Prefeito”. (No Art. 2º) “A instituição sublegendas será concedida pela respectiva convenção partidária estadual ou municipal, dentro de 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data fixada para as eleições.” (Em parágrafo único) “a Cada sublegenda será qualificada pela denominação de Partido, seguida dos números 1 a 3, na ordem decrescente dos votos com que foram instituídas na convenção, havendo sorteio em caso de empate”. (No Art. 3º, sobre as convenções referentes ao artigo anterior): “serão realizadas sob a presidência respectivamente, de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, do Juiz Eleitoral da Zona ou de representante indicado pela Justiça Eleitoral.” (No Art. 4º) “Submetidos os nomes indicados ao escrutínio secreto, serão considerados candidatos do Partido em sublegendas de 3 (três) mais votados, desde que haja obtido, cada qual dêles, o mínimo de 20% (vinte por cento) dos votos dos convencionais.”¹⁶

Em outras palavras, o partido poderia lançar no máximo três candidaturas. Entre os requisitos exigidos pela Justiça Eleitoral, primeiramente os candidatos interessados deveriam formalizar as suas intenções e assim constituir a legenda, bem como as suas bases de campanha. Posteriormente, caso houvesse a confirmação de mais de uma “chapa”, era feita uma votação entre os postulantes, em convenção do partido, visando à definição da numeração das sublegendas. Feito isso, elas ficariam denominadas ARENA 1, ARENA 2 e ARENA 3 ou MDB 1, MDB 2 e MDB 3. No fim da eleição, a soma dos votos de todas as sublegendas de um partido definiria o vencedor, e não a obtida pelo candidato mais votado.

Diante dessas informações, é possível inferir sobre as possibilidades e as intenções da utilização do referido mecanismo eleitoral: quanto aos candidatos, àquele escolhido com a primeira sublegenda era possivelmente uma liderança superior às outras, pertencia a uma fração mais forte da organização ou se tratava do político no qual o partido considerava ter maiores chances de vitória. Quanto ao partido, ele poderia formar mais de uma sublegenda para acomodar lideranças e frações discordantes em seu interior, remanescentes do período anterior ao bipartidarismo e/ou surgidas já com este em andamento, como também (1)

¹⁶ BRASIL. Câmara dos Deputados. Extraído de: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5453-14-junho-1968-359235-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23/11/2014.



indicar apenas um candidato ou apoiar apenas um dos seus postulantes, (2) dar total liberdade às sublegendas formadas ou (3) criar duas ou três para tirarem votos dos adversários do outro partido, considerando uma delas favorita. Nos dois últimos casos, sobretudo no terceiro, o partido se valeria da soma geral dos votos conquistados antes de buscar o objetivo no pleito por meio do candidato mais votado.

Conforme Jacobina (2010, p. 12), o mecanismo impedia que o MDB explorasse divisões da ARENA, já que esta se mantinha aglutinada, e a possibilidade de governar atraísse políticos mais influentes, em sua maioria, para o partido arenista. Entretanto, o MDB alegretense venceu em 1968 utilizando-se do recurso das sublegendas, e em 1972, suplantando, com apenas uma “chapa”, duas da ARENA.¹⁷ Trata-se de um dado eleitoral que diverge da tendência nacional, de dificuldades do MDB na primeira década do regime. Por esse motivo, a análise acerca das sublegendas torna-se necessária para a compreensão dos pleitos municipais ocorridos durante o regime civil-militar, e de certo modo, das dinâmicas da política de localidades interioranas, como no caso de Alegrete.

A observação prévia sobre os resultados municipais alegretenses a suposição de que as sublegendas conferiram certa autonomia aos partidos políticos na esfera local, não servindo unicamente para a acomodação dos grupos e das lideranças políticas. Por meio delas, inúmeras estratégias poderiam ser elaboradas durante o período eleitoral, em busca do cargo público em voga e do poder político na localidade, e ainda servir como um recurso possível, em especial ao MDB, para diminuir as amarras proporcionadas pela repressão. Em vista disso, a abordagem também permite o questionamento sobre o fato de os dois partidos terem sido, ou não artificiais.

Ademais, formaram-se três sublegendas em Alegrete, em 1976, duas da ARENA e uma do MDB. Pela ARENA, José Rubens Pillar foi indicado à sublegenda 1, tendo Hernani Motta Antunes como vice; pela sublegenda 2, João Farret e Odilon Bessa Simões foram os representantes. No MDB, Airton Pacheco do Amaral foi o candidato e Felipe Scarrone Silva o vice.¹⁸

As articulações intrapartidárias e a formação das sublegendas para o pleito de 1976

¹⁷ RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RS). Eleições municipais: 1968 e 1972.

¹⁸ *Ibidem*; 1976.



Conforme Berstein, os interesses divergentes entre as alas do partido necessitam de indispensáveis arbitragens, “no momento em que este é levado a definir um programa de ação” (2003, p. 77). O exercício do poder “é sempre usado a articular compromissos aos quais o obrigam a heterogeneidade dos seus apoios”, levando em conta eventuais alianças, coligações e a governabilidade. Mas, *a priori*, um conjunto de membros designa democraticamente poder de decisões a chefes ou lideranças, que paralelamente formam, segundo o historiador, “uma oligarquia de dirigentes profissionais que se tornam inamovíveis, (que) representam o partido aos olhos da opinião pública e parecem dirigi-lo sem restrições” (Idem, p. 83).

No entanto, embora uma oligarquia partidária possa se tornar bastante influente e alguns de seus membros conquistarem significativo destaque social, de forma alguma podem ser considerados inamovíveis. Em Alegrete, esses aspectos tiveram contornos distintos, a partir da exigência de cada partido ao lidar com os seus conflitos e com os resultados tidos nos momentos competitivos.

No caso da ARENA, o pleito de 1972 demonstrou uma clara divisão entre as suas alas, e certa animosidade entre as suas principais lideranças. Os grupos originários anteriormente do PL e da UDN disputavam espaço entre si, enquanto os do PSD eram mais conciliadores.¹⁹ Em matéria publicada pelo Jornal *Zero Hora* em 1º de setembro, intitulada “Pinga fogo”, é destacada a desavença entre as duas sublegendas lançadas no pleito.²⁰ O texto aponta o slogan da sublegenda 2, que tinha Brasilêncio Lopes Machado como candidato: “Vote em Brasilêncio contra o clã dos Milanos”; uma referência ao líder libertador Joaquim Fonseca Milano, antigo prefeito pela UPPA e oriundo do PL, cuja influência em 1972, bem como o importante apoio dado à campanha da sublegenda 1, era também resultado de sua atuação como deputado estadual, pela ARENA.

Contudo, o ponto comum entre essas frações arenistas foi atentar sobre o aumento populacional urbano e a intensificação do êxodo rural no município. No censo populacional de 1960, Alegrete possuía 54.627 habitantes, sendo 34.571 urbanos e 20.056 rurais; em 1970, possuía 65.030 habitantes, sendo 46.077 urbanos e 18.953 rurais; e em 1980, com alguma variação com relação à população de 1976, tinha 69.472 no total, sendo

¹⁹ Cf. BRANDOLT, Gilberto: depoimento [dez. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

²⁰ Centro de Pesquisa de Alegrete (CEPAL). Caixa-arquivo: Joaquim Fonseca Milano.



55.598 urbanas e 13.874 rurais.²¹ A diminuição da população rural e a instalação de muitos migrantes em bairros periféricos da cidade, onde a entrada do MDB era maior, se tornaram aspectos problemáticos para a ARENA. Além do mais, o desgaste nacional do partido poderia contribuir para uma terceira derrota em Alegrete. Uma alternativa, no entanto, seria atrair os eleitores não partidários e a gama de indecisos inerentes a cada pleito.

Diante disso, a ARENA lançou um candidato popular, José Rubens Pillar, e outro que podemos considerar como um “puxador de votos”, João Farret, por ter tido considerável votação para vereador na eleição anterior.

Em suma, a necessidade dos votos urbanos por parte do partido possibilitou que Pillar utilizasse as suas ações individuais desenvolvidas ao longo dos anos de 1970 como trunfos para a conquista de influência na ARENA, ao ponto de ter sido inevitável a sua indicação à sublegenda 1 em 1976. Ele havia sido padre. A partir de 1970, obteve espaço no periódico local *Gazeta de Alegrete*, no qual escrevia na capa, e às vezes na segunda página, sobre assuntos gerais, problemas sociais, política, etc. Foi docente na Faculdade de Economia da Fundação Educacional de Alegrete (primeira universidade de Alegrete), e ingressou na política por meio do convite de Brasilêncio Lopes Machado, em meados de 1972.²² Na ocasião, o padre Pillar compôs como vice a sublegenda 2 da ARENA, formada pela ala udenista do partido e que tinha Brasilêncio como candidato a prefeito. Ficaram em segundo lugar na disputa. Logo após largar as atividades vocacionais, ingressou na Rádio Alegrete, cujo programa diário era também pautado por temas gerais; foi também candidato a deputado estadual em 1974, além de ter sido fundador e presidente de inúmeras associações de bairros nos anos 70. Essas atividades tornaram-no bastante popular e a principal liderança da ARENA.²³

O vice de Pillar, Hernani Antunes, vinha de uma família rica, ligada ao latifúndio. Filho de Manoel Antunes da Silva – também político, candidato a vice pela UPPA em 1963 e pela ARENA 1 em 1968, numa “chapa” encabeçada respectivamente por Mário Thaddeu e pelo libertador Joaquim Milano –, Hernani representava a base de apoio dos

²¹ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados censitários: 1960, 1970 e 1980.

²² Brasilêncio, udenista, foi vereador entre 1964 e 1972, e presidente da Câmara entre 1970 e 1972.

²³ Dos depoimentos prestados pelos ex-políticos alegretenses elencados no início do artigo, todos apontaram que o Sr. José Rubens Pillarera politicamente centralizador, e que, por causa dessa postura, teria minado o surgimento de novas lideranças no partido.



grandes fazendeiros do município, sobretudo os das regiões de Durasnal e São João, no interior do município.²⁴

Na outra sublegenda arenista, apoiada pelos libertadores, estava João Farret. Farret era militar e sua campanha buscou alguns votos nas instituições militares da cidade.²⁵ Ingressou na política na eleição de 1972, como candidato a vereador pela ARENA. Obteve 2765 votos, sendo eleito com a maior votação entre os postulantes à vereança. Ao pleito de 1976, certamente Farret confiou na expressiva votação anterior, tendo ao seu lado outro político bem votado: Odilon Bessa Simões. Simões, advogado, também concorreu pela primeira vez em 1972 e obteve 864 votos. Foi o quinto mais votado, em uma composição parlamentar de onze cadeiras, e o terceiro geral da ARENA. Ambos eram políticos considerados “puros”.

Já no MDB, lançou-se candidatura única, tal como no pleito anterior, em 1972, ocasião em que havia vencido duas sublegendas arenistas. O representante, Airton Pacheco do Amaral, advogado, era o atual vice-prefeito, na segunda administração de Adão Ortiz Houayek. Ingressou na política por origens familiares, no PSD. Com o regime em curso, filiou-se no MDB em meio ao pleito de 1968 e ajudou a sublegenda 2 durante a campanha. No entanto, o vice-prefeito eleito, Adão Faraco, que também exercia a função de Secretário de Educação, foi cassado pelo AI-5 em 1969, tornando necessária a indicação de um novo secretário. O escolhido foi Airton Amaral, que se manteve na Secretaria até 1976, enquanto o cargo de vice permanecera vago até a eleição seguinte.

Todavia, o partido enfrentou consideráveis problemas entre as suas lideranças. Nos primeiros anos do regime, havia dois grupos bem definidos. O primeiro teve uma postura moderada, sob influência de Adão Houayek, prefeito entre 1964 e 1968 e 1972 e 1976, e Arnaldo Paz, vice entre 1964 e 1968 e prefeito entre 1969 e 1972. O segundo, mais crítico com relação ao regime, teve a influência principal de Cassiano Pahim da Motta.²⁶

Entretanto, o grupo de Cassiano foi perdendo força, principalmente devido aos seus seguidos insucessos eleitorais, para deputado estadual em 1966 e 1974 e prefeito em 1968, e por ter sido seguidamente detido pelo Exército. Além disso, os governos dos líderes do

²⁴ Cf. AMARAL, Ainton Pacheco do: depoimento [nov. 2014]; BRANDOLT, Gilberto: depoimento [dez. 2014. OLIVEIRA]. Entrevistas concedidas a Diego Garcia Braga.

²⁵ Cf. AMARAL.

²⁶ MENESES, Eleú: depoimento [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.



grupo emedebista oposto tiveram boa aprovação popular e a postura moderada foi significativa para a governabilidade dos mesmos. Já o risco de Cassiano Motta ser cassado, caso ocupasse algum cargo eletivo, era iminente.²⁷

Ao longo dos anos de 1970, o grupo moderado subdividiu-se em dois, sob as influências das lideranças apontadas. Airton Amaral fez parte do grupo de Arnaldo Paz, mesmo sendo vice de Adão Houayek. Segundo o próprio Amaral, Houayek possuía um perfil político individualista, de centrar decisões para si, e isso gerou divergências. Luis Alberto Cunha seria o nome indicado por Houayek à prefeitura em 1976, embora este não tivesse demonstrado interesse em concorrer. A recusa de Cunha fez o prefeito perder um valioso tempo, para que pudesse articular uma sublegenda de seu respaldo. Tempo importante para a formulação das bases de campanha, das propostas de governo, questões financeiras, preparo de material panfletário, organização dos militantes e assim por diante; e principalmente, para utilizar a sua influência na obtenção de votos para o MDB. Enquanto isso, o grupo de Arnaldo Paz formalizava a “chapa” com Airton Amaral como candidato.

Assim, é possível destacar que a falta de nomes populares para a composição de uma “chapa” influenciada pelo grupo de Houayek, e que fosse relevante em matéria de chances de vitória, tenha sido determinante para o lançamento de apenas uma candidatura. Tais articulações fizeram aumentar o distanciamento entre os dois grupos partidários, além de ter demonstrado um enfraquecimento do prefeito. O impasse seguinte seria a definição do candidato a vice.

Como aponta o próprio Amaral, dois nomes foram indicados: Felipe Scarrone e Julio Cesar Fagundes.²⁸ Sobre o primeiro, faltam-nos informações mais precisas, embora saibamos que foi diretor do Departamento Municipal de Estradas de Rodagem (DMER) durante a administração Arnaldo Paz e que a sua idade era avançada em 1976. A indicação de seu nome foi ganhando força entre àqueles que defendiam uma legenda que aliasse experiência e juventude, pois o candidato a prefeito, à época, era jovem. Julio Cesar Fagundes, por sua vez, tinha o apoio de Adão Houayek e pertencia a uma família que mantinha ligações importantes na música e na política. Era irmão de Aldo Fagundes,

²⁷ Idem.

²⁸ AMARAL, Airton Pacheco do. Depoimento.



deputado estadual pelo PTB em 1963 e deputado federal pelo MDB entre 1967 e 1983, e de Euclídes Fagundes Filho, o Bagre, um dos compositores da música “Canto Alegretense” e vereador entre 1972 e 1976 pelo MDB. Julio Cesar já havia sido eleito vereador pelo partido em 1968, sendo o mais votado na ocasião; mas renunciou posteriormente, pressionado pelas denúncias sobre a sua situação empregatícia, como funcionário público do município.²⁹

Desse modo, prevaleceu naquele momento à maior força do grupo de Arnaldo Paz, com a escolha do nome do Sr. Scarrone como vice-prefeito da legenda.

A sublegenda como fator determinante para o resultado do pleito

O eleitorado alegretense era composto por 32.138 pessoas em 1976. Desse número, 27.256 compareceram à sessão eleitoral. Especificamente, 4.882 pessoas não votaram, sendo que ao adicionarmos os 721 que preferiram o voto em branco e os 652 que optaram pela anulação do mesmo, o número aumenta para 6.255.³⁰

O MDB teve a candidatura mais votada, chegando aos 12.726 votos. A ARENA 1, por sua vez, obteve 10.443 votos, e a ARENA 2, 2.714. A soma dos votos arenistas totalizaram 13.157, sagrando vencedor o candidato José Rubens Pillar, embora a sua sublegenda tenha conquistado 2.283 a menos que a “chapa” emedebista.³¹

Em suma, o resultado final do pleito contrariou a tendência nacional, de avanço eleitoral do MDB e retrocesso da ARENA. Por outro lado, o escrutínio favoreceu o partido governista local, através dos propósitos pelos quais as sublegendas foram criadas, pois, em condições normais, o vencedor seria o candidato emedebista. A ARENA, no entanto, traçou uma melhor estratégia de campanha, ao lançar duas “chapas”, e também se

²⁹No dia 16 de janeiro de 1970, uma sessão foi aberta para a apuração de denúncias contra o prefeito municipal, acerca de irregularidades em sua administração. As duas acusações ao prefeito envolviam pagamentos de salários, entendidos como ilegais, cujo caso de Julio Cesar era devido a alguns pagamentos referentes a horas-extras. Estando licenciado do cargo de funcionário municipal enquanto vereador, Julio Cesar não poderia receber vencimentos relativos ao seu antigo emprego até o término do seu mandato. Não havendo uma definição na Câmara, o processo foi levado à Justiça Civil, onde o prefeito foi absolvido por falta de provas. No caso de Cesar Fagundes, o juiz salientou que o processo envolvendo o vereador não era claro, pois a Lei que o acusava teria sido mal interpretada pelo Legislativo, e, ao finalizar, apontou que o réu não agira de forma dolosa. Após o episódio, amplamente pressionado pela bancada da ARENA, o vereador renunciou ao cargo. GAZETA DE ALEGRETE. 20/5/1971, p. 4.

³⁰ Cf. TRE/RS.

³¹ Idem.



beneficiou por ter um candidato popular. Esse candidato carregou consigo o fato de ter sido padre da Igreja Católica, explorando junto ao eleitor uma imagem carismática e de integridade moral. Se o partido arenista se organizou de forma compacta para o pleito, isso ocorreu por causa da influência de José Rubens Pillar nos bastidores do partido. A cúpula da ARENA foi ficando impotente perante o progressivo crescimento do político e pela falta de outras lideranças que o equiparassem.

No MDB, o acirramento das disputas internas foi determinante para o insucesso no pleito. Não é possível identificar falhas graves na campanha política lançada, pois os postulantes participaram de comícios, reuniões com líderes de bairros, debates em programas radiofônicos, etc. No entanto, as desavenças entre as ideias políticas de Houayek e Amaral culminaram em um não envolvimento do prefeito na campanha, inserindo o seu nome no discurso construído ou na participação efetiva nos comícios, diferente do que fizera em 1968 quando apoiou o então vice-prefeito Arnaldo Paz. Segundo Airton Amaral, um grande número de metodistas apoiaria a legenda do MDB caso o nome indicado à vice fosse de Julio Cesar Fagundes, e não o de Felipe Scarrone, por ser praticante da Igreja Metodista. A negativa ao seu nome teria fragmentado esses votos, além de ter gerado um desconforto envolvendo o partido e a família Fagundes, que tinha alguns membros vinculados ao MDB. Além disso, algumas obras realizadas na administração de Houayek, como a construção de pontes e escolas na zona rural, da rodoviária e, sobretudo, do Centro Cultural de Alegrete, que foi finalizado após a data do pleito, em 15 de novembro, e que leva o nome de Adão Ortiz Houayek, poderiam aparecer na campanha como “obras do governo municipal, feitas em conjunto,” vinculando o nome de Amaral a elas, o que segundo o próprio político derrotado, não foi feito.

Considerações finais

As intervenções do regime civil-militar no cenário político-partidário em favor de seu partido representante e o fato de muitos eleitores darem caráter plebiscitário a alguns sufrágios proporcionais estaduais e ao Congresso, a partir da metade da década de 1970, por meio de um “sim” ou um “não” ao regime, tornam as esferas nacionais, bem como a atuação da ARENA e do MDB, menos aparentes com relação às suas atribuições legais.



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

Por outro lado, esses partidos não podem ser considerados artificiais, pelo fato de esta ser uma classificação que transmite a ideia de que ambos não tiveram qualquer serventia para a política nacional. A nosso ver, os dois partidos, bem como o próprio sistema bipartidário, foram instituições frágeis, pois estiveram sujeitos aos mecanismos impostos pela ditadura, pelas cassações de mandatos eletivos e pelo advento das sublegendas. Fazendo isso, percorremos caminho menos perigoso do que o da generalização, no qual o artificialismo denota. No que se refere às sublegendas, a fragilidade do modelo político-partidário pode ser avaliada pela possibilidade de se propiciar com a derrota o candidato mais votado.

Os diretórios dos partidos em Alegrete, no entanto, tiveram autonomia para elaborar inúmeras estratégias políticas, sendo que as sublegendas aguçaram as disputas intra e interpartidárias. Elas também movimentaram as bases organizacionais das duas instituições em prol do poder político local em constante disputa. No caso da ARENA, grosso modo, se constatou que o seu candidato mais popular não conseguiria vencer sozinho o pleito de 1976. Sabendo disso, a cúpula do partido indicou dois postulantes para justamente se valer da soma dos votos das sublegendas. Um “chapa” principal que teve o apoio maior do partido e se articulou visando tanto os votos urbanos quanto os rurais, com o auxílio de uma segunda, para eventualmente tirar votos do MDB. Somente dessa maneira o partido de oposição poderia ser vencido, em vista dos sucessos eleitorais anteriores ao pleito de 1976; e assim o foi.

Além disso, as medidas tomadas pelo MDB no período eleitoral permitem a visualização de outra característica das sublegendas, que foi a ampliação das desavenças entre as frações partidárias, seja pela competição entre membros de mesmo partido ou pelo desencontro de ideias quanto à articulação de uma candidatura, como foi o caso de Alegrete. Assim podemos compreender os motivos pelos quais o partido não tomou uma estratégia semelhante à elaborada pela ARENA, lançando mais de uma “chapa” para, ao mesmo tempo, tirar votos das sublegendas arenistas e valer-se da soma do sufrágio para vencer a eleição. Ações imediatas impediram o entendimento do partido sobre o lançamento de mais de uma candidatura e contribuíram para o pouco esforço do governo em fazer o sucessor.



De modo geral, deve-se unir às análises acerca da atuação da ARENA e do MDB nas esferas nacionais àquelas observadas em localidades afastadas das grandes capitais e/ou dos grandes centros urbanos, para problematizar a complexidade do regime civil-militar brasileiro, muitas vezes entendido como uma grande estrutura repressiva monolítica. Os resultados eleitorais alegretenses contrariaram as tendências nacionais, de avanço emedebista e de queda arenista ao final dos anos de 1970. Torna-se necessário, portanto, verificar em outros municípios e em suas eleições locais, se a utilização das sublegendas tornou os respectivos cenários políticos tão acirrados quanto o de Alegrete, e se ainda conferiu autonomia aos diretórios locais dos partidos, sobretudo ao MDB, em meio ao autoritarismo ocorrido no período.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

AMARAL. Ainton Pacheco do: depoimento [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

AVELAR, Lúcia; Cintra, Antônio Octávio (Orgs.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: UNESP, p. 243-255, 2007.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por Uma História Política**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 5ª Edição. Brasília: Udund, 1993, p. 392.

BODEA, Miguel. **Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.

BRAGA, Maria do Socorro Souza; BOURDOUKAN, Adla: Partidos Políticos no Brasil: Organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. Artigo. **Perspectivas, Revista de Ciências Sociais**, São Paulo: UNESP, vol. 35, p. 117-148, jan./jun., 2009.

BRANDOLT, Gilberto: depoimento [dez. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

BRASIL. IBGE/Alegrete. Dados Censitários: 1950, 60, 70 e 80. Tabela em Excel.



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

_____. Ato Institucional nº 2. Extraído de:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em: 15/1/2015.

_____. Ato Complementar nº 4. Extraído
de:<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=90596&norma=116094>. Acesso em: 15/1/2015.

_____. Lei nº 5.453. Extraído de: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5453-14-junho-1968-359235-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20/1/2015.

Centro de Pesquisa de Alegrete (CEPAL). Caixa-arquivo: Joaquim Fonseca Milano.

COSTA, Célia; GAGLIARDI, Juliana. Lysâneas, um autêntico do MDB. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 37, p. 201-212, jan./jun., 2006.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

DREIFUSS, René Armand. **1964. A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FARACO, Adão Dornelles: depoimento [ago. 2010]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

FÉLIX, Luiz Carlos: depoimento [fev. 2013]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n 47, p. 29-60, 2004.

FLEISCHER, David V.. (Org.). **Os partidos Políticos no Brasil**. Volume I e II. Brasília: UnB, 1981.

GAZETA DE ALEGRETE. Periódico. 20/5/1971.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre” de Natalie Zemon Davis. In: _____. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 179-202.

GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história?. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

GRINBERG, Lucia. **Partido Político ou Bode Expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965 – 1979.** Rio de Janeiro: Mauad x, 2009.

JACOBINA, André Teixeira. **Clivagens Partidárias: ARENA e MDB baianos em tempos de distensão (1974 – 1979).** Salvador: UFBA, 2010. Dissertação de Mestrado.

LAMOUNIER, Bolívar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In. STEPAN, Alfred (org.) **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 p. 83-134.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Raquel. **Partidos Políticos e consolidação democrática.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

LÉVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 2000.

_____. Sobre a micro-história. In. BURKE, Peter (Org.): **A Escrita da História.** Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 2011, p. 135-164.

LIMA, Henrique Espada. Micro-História. In: VAINFAS, Ronaldo; FLAMARION, Ciro (Orgs.). **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 207-223.

KINZO, Maria D´Alva Gil. **Oposição e Autoritarismo.** São Paulo: Idesp/Vértice, 1988.

_____. A DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA: um balanço do processo político desde a transição. Artigo. **São Paulo Perspectiva.** vol.15 no. 4 São Paulo Oct./Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000400002&script=sci_arttext&tlng=es> Acessado em 26/5/2012.

KLEIN, Lúcia; FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e Coação no Brasil pós-64.** Rio de Janeiro: Forence-Universitária, 1978.

MADEIRA, Rafael Machado. **ARENA ou ARENAs? A Coesão Partidária da Legenda do Regime em Três Estados Brasileiros.** Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação de Mestrado.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. **BNH: outras perspectivas.** Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/BNH,%20outra%20perspectiva.pdf>. Acesso em 25/5/2014.

MENESES, Eleú: depoimento [nov. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.



Revista Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros.** Belo Horizonte: UFMG Ed., 1999.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: Do império aos dias atuais.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

RÉMOND, René. (Org.). **Por Uma História Política.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In: Levi, Giovanni. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII.** Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral. Eleições: 1968, 1972 e 1976.
<http://www.tre-rs.gov.br>.

_____. Acervo Cartográfico do IHGRGS. Extraído de
http://ihgrgs.org.br/cd_mapas_rs/CD/Indice.htm

ROSSO, Claudio: depoimento [dez. 2014]. Entrevista concedida a Diego Garcia Braga.

SANTOS, Danilo Assumpção. **Câmara Municipal de Alegrete: 180 anos (1831-2011).** Alegrete: Gráfica Universitária, 2011.

SERNA, Justo; PONS, Anaclet. O buraco da agulha. De que falamos quando falamos de micro-história? In: MARTINS, M. Cristina Bohn & MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Uma história em escalas: a micro-análise e a historiografia latino-americanas.** São Leopoldo: Oikus; Ed. Da Unisinos, 2012, p. 15-72.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

TRINDADE, Héliqio; NOLL, Maria Izabel. **Rio Grande do Sul: Partidos e Eleições (1823 – 1990).** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/ Sulina, 1991.

TRINDADE, Héliqio; LEITE, Luiz Osvaldo. (Orgs.). **Leônidas Xausa.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **O Golpe Militar e a Ditadura: 40 anos depois.** Bauru – SP: EDUSC. 2004.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político.** São Paulo: Alameda, 2010.

XAUSA, Leônidas Xausa; FERRAZ, Francisco Ferraz. In: FLEISCHER, David V. (Org.). **Os partidos políticos no Brasil.** Volume I. Brasília: UNB, 1981.



Revista
Latino-Americana de História

Discentes do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS

Artigo recebido em 08 de março de 2015.

Aprovado em 06 de outubro de 2015.